**COMUNICADO**

A Direcção do ADI – Acção Democrática Independente – partilha seguramente a indignação e a repugnância da grande maioria de santomenses que contribuem para o funcionamento do serviço público de televisão, face à má qualidade dos serviços que presta à comunidade, cuja degradação está patente aos olhos de todos e é sem qualquer equívoco.

A montagem e a divulgação do bloco noticioso das vinte horas de ontem, dia 26 de Outubro, ligeiramente diferido devido ao desafio de futebol, revelam um irremediável apego à mediocridade e à servidão a um poder decadente, que outra coisa não imploram, senão a piedade.

O estado em que se encontra o nosso país, os esforços de recuperação que devem ser empreendidos e os desafios que se nos colocam as ingentes tarefas que temos de cumprir, a tentação de ignorar os latidos e as vociferações de uns e outros é absolutamente grande, particularmente daqueles que durante quatro anos nada fizeram para melhorar quando tinham essa obrigação.

São incontáveis as oportunidades desperdiçadas pelo governo do MLSTP, gangrenada por uma corrupção que se naturalizou e ganhou foros de cidadania, e o ADI não pode hoje abdicar da sua missão, nem tão pouco branquear aqueles que fizeram tanto mal ao nosso país, em nome de uma falsa tranquilidade ou de uma estabilidade que adormece mais do que apazigua.

O estado actual do nosso país tem um culpado, aliás, tem uma coligação de culpados, que se empenhou numa gestão desastrosa do poder que lhes foi conferido em 2018, e do uso pessoalista que fez da coisa pública, permitindo, como teve a pouca vergonha de de afirmar o próprio primeiro ministro, Jorge Bom Jesus, a mudança ilícita de ‘’trem de vida’’ de muitos dos seus correligionários, sem uma justa causa. Enquanto ilicitamente uns enriqueciam ilicitamente, a administração pública ficou abandonada a sua sorte, transformando-se numa terra sem Rei nem roque, onde cada um faz o que lhe apetece, cobra ou faz sair livre de todos os encargos, o que lhe apetece.

O MLSTP e os seus acólitos não podem ignorar que São Tomé e Príncipe é uma democracia e que no passado dia 25 de Setembro o povo fez uma escolha clara, definitiva e inequívoca, que não sofre qualquer contestação ou reversão.

No entanto, numa vã tentativa de perturbar a ordem democrática e atenuar o vigor da vitória popular do dia 25 de Setembro passado, esta coligação do mal vem gesticulando e multiplicando expedientes de toda ordem com o propósito de escamotear os seus esquemas e atrocidades e retardar uma transição inelutável, genuinamente querida pelo povo.

Sem que representem uma verdadeira surpresa, essas baixezas constituíram desde sempre o apanágio do MLSTP e dos seus entes coligados, razão pela qual terão nesta hora a atenção e o desprezo que merecem. O que preocupa o povo e o ADI é a Caixa de Pandora deixada pelo governo desta velha maioria, que a cada dia que passa nos revela um facto novo, mais ardiloso e mais repugnante que o anterior, um outro negócio degradante para a comunidade nacional e que vincula tragicamente várias gerações de santomenses enquanto lança incessantemente opróbrios contra a escolha livremente feita pelo povo.

Para que não hajam quaisquer dúvidas, o ADI vem, uma vez mais, afirmar que está pronto e concentrado numa avaliação profunda da actual situação do país, que se sabe absolutamente caótica, para ajustar as suas soluções aos casos concretos, ao mesmo tempo que se prepara para enfrentar com a mesma coragem e determinação as outras surpresas, propositada e maldosamente preparadas pelo MLSTP, o seu governo e os seus acólitos.

Como poderão imaginar o problema de São Tomé e Príncipe e do seu povo não são as lucubrações de um Padre resignado ou de um ambivalente Nelson Carvalho.

A título de exemplo, sem que o ADI tenha ainda visto todos os papeis, e para que tenham uma ideia do desastre provocado pelo MLSTP, que teremos todos de enfrentar, vejam os seguintes factos:

1. O governo do MLSTP não respeitou os limites mínimos de reservas de divisas no Banco Central, que deveriam ser capazes de assegurar pelo menos 3 meses de importação e hoje nem sequer chegam para 15 dias;
2. A crise energética agravou-se, abandonaram a reabilitação da rede de distribuição, foram incapazes de reformar o sector energético e adquiriram geradores de alta rotação, que se encontram hoje num estado de quase sucata em menos de 4 anos;
3. Uma gestão amadora e até certo ponto fraudulenta de importação de combustíveis, provocaram rupturas de estoques e subidas muitas vezes indevidas do preço, tendo o governo aprovado e feito aprovar um Decreto que aumenta a gasolina para Db. 47,00 o litro, apenas não aplicado por causa das eleições;
4. A situação da administração pública é catastrófica, com particular relevo para a Direcção dos Registos e Notariado, que foi obrigada a suspender a prestação dos serviços por falta de condições mínimas de trabalho;
5. Os tribunais estão em greve permanente e os juízes de Primeira Instância deixaram de trabalhar, tão grande é o descalabro do sector;
6. Foram celebrados contratos de concessão, não só dos portos de Ana Chaves e da Região Autónoma do Príncipe num total secretismo e no desrespeito das regras em vigor, aos mesmo tempo que todas as potencialidades de desenvolvimento do sector portuário no país foram hipotecadas por mais de três décadas;
7. Como nunca, ao longo destes 4 anos, foram vendidos passaportes oficiais e nacionalidade santomenses;
8. As nomeações e promoções abusivas e de última hora atingiram proporções jamais vistas;
9. Os fundos destinados aos projectos sociais e à formação de quadros foram pura e simplesmente delapidados;
10. A propriedade pública, como é exemplo, a participação do Estado na CST, foi manipulada e abusivamente distribuída a entes estranhas ao Estado, sem quaisquer referencias às normas relativas ao património público;
11. Foram distribuídas terras para o plantio de cannabis e mais tarde, as mesmas terras redistribuídas aos membros da velha maioria;
12. Foi negociada e projectada a construção de uma cidade fantasma, com regras absurdas, como se de um outro Estado se tratasse, dentro do nosso próprio país, tudo a revelia de todos e a troco de não sabemos o quê.
13. O tempo se encarregará, certamente, de desvendar outras aventuras e veleidades.

Por este andar, o povo de São Tomé e Príncipe, exigem que se regresse imediatamente e sem delongas ao Estado de Direito Democrático e exprimem toda a sua desconfiança em relação ao actual poder no qual não se pode confiar, nem tão pouco dar qualquer crédito, sob pena de cumplicidade e de solidariedade culposa.

É absolutamente necessário travar a acção deste governo, que assume visivelmente contornos criminais, não podendo o ADI assumir quaisquer responsabilidades pelos actos fraudulentos praticados pelo governo ou seus agentes, nem tão pouco garantir que a dimensão das responsabilidades internas e internacionais do país e do desastre no qual estamos mergulhados não sejam maiores.

Viva ADI

Viva Democracia

Viva São Tomé e Príncipe